Dossiê da emenda Pix 202543660024

Plano de ação 09032025-080943 - gerado em 25/11/2026

CINZA - Dados insuficientes / dentro do prazo

Dados insuficientes: ainda não há pagamento registrado no Transferegov. Alertas: A4 - Menos de 70% do valor em despesas de capital (art. 166-A da Constituição).

Dados da emenda

Parlamentar	Duda Salabert
Beneficiário	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAI (MG)
Município / IBGE	Santa Rita do Sapucaí / 3159605
População (IBGE)	42703
Valor previsto	R$ 222.750,00
Custeio / investimento	R$ 222.750,00 / R$ 0,00
Valor repassado	não informado
Primeiro pagamento	-
Objeto declarado	Elaboração Participativa do Plano Local de Ação Climática (PLAC) de Santa Rita do Sapucaí O município de Santa Rita do Sapucaí enfrenta diversos riscos climáticos que comprometem tanto a qualidade de vida da população quanto a resiliência ambiental do território. Entre os principais desafios estão as enchentes frequentemente associadas a eventos extremos de chuva e ao transbordamento do rio Sapucaí, que corta a cidade. Além disso, há recorrência de queimadas, intensificadas por períodos de estiagem prolongada e pela ausência de manejo adequado da vegetação, o que agrava a emissão de gases de efeito estufa e a degradação do solo. Problemas estruturais como deficiências na drenagem pluvial urbana aumentam o risco de alagamentos e comprometem a infraestrutura pública. Soma-se a isso a falta de um sistema organizado de coleta de resíduos recicláveis favorece o descarte inadequado e a poluição dos corpos d'água. Na zona rural, a ausência de saneamento básico adequado representa um risco sanitário e ambiental, contribuindo para a contaminação de nascentes e lençóis freáticos. Esses fatores evidenciam a vulnerabilidade climática do município e reforçam a necessidade urgente de um Plano de Ação Climática, com foco em adaptação, mitigação e justiça ambiental. ? A importância dos Planos de Ação Climáticas Trata-se de uma medida estratégica e urgente para o enfrentamento dos impactos da crise climática de forma organizada, eficiente e com base científica. O PAC permite que o 1 município identifique seus principais riscos climáticos e desenhe políticas públicas concretas e transversais para reduzir impactos, proteger a população e garantir um desenvolvimento mais seguro e sustentável. Além disso, o PAC ajuda a integrar diferentes áreas da gestão pública (como saúde, mobilidade, habitação, saneamento e energia), uma vez que se trata de uma temática transversal, tornando as ações mais coordenadas, eficientes e duradouras. Ele também fortalece a participação social, já que o método CLIMATIVA a considera como um dos pilares de sua metodologia, com a inclusão dos diversos setores da sociedade, principalmente daqueles mais vulneráveis, na busca da chamada justiça climática. Por fim, o PAC prepara o município para o futuro: com ele, a cidade se antecipa a desastres naturais, protege sua infraestrutura, sua economia e sua população - especialmente as comunidades mais expostas. O PAC é, portanto, uma ferramenta essencial para garantir resiliência, captação de recursos, desenvolvimento sustentável e bem-estar para as próximas gerações. ? Acesso a financiamentos Deve ser destacado também que a elaboração de um Plano de Ação Climática (PAC) representa uma estratégia fundamental para acessar financiamentos nacionais e internacionais voltados ao enfrentamento da crise climática. Ter um plano estruturado demonstra que o município está comprometido com a sustentabilidade, o planejamento de longo prazo e a governança responsável - características cada vez mais exigidas por bancos, fundos de desenvolvimento e investidores. Um dos principais benefícios do PAC é a ampliação do acesso a fontes de recursos, como o

Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Amazônia, além de programas de apoio do BNDES, BID, GIZ e outras instituições que priorizam projetos com metas claras de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Muitas dessas linhas de financiamento oferecem recursos a fundo perdido ou com condições especiais de pagamento, favorecendo municípios que já têm diagnósticos e planos de ação estabelecidos. Outro ponto relevante é que o PAC favorece a integração entre diferentes políticas públicas, como o Plano Diretor, o Plano Plurianual (PPA) e os planos de mobilidade e saneamento, fortalecendo a coerência da gestão municipal atraindo o setor privado, permitindo parcerias em inic

Análise assistida por IA

Análise assistida

(1) Objeto e valor. O plano de ação 80943 (emenda 202543660024, autoria da parlamentar Duda Salabert) prevê R$ 222.750,00 para o Município de Santa Rita do Sapucaí (MG). O objeto declarado é a elaboração participativa do Plano Local de Ação Climática (PLAC), com a metodologia citada como "CLIMATIVA". Todo o valor é de custeio (R$ 222.750,00), sem investimento. A situação no Transferegov é "IMPEDIDO". Não há repasse nem pagamento registrado neste plano. Fontes: [dados básicos](https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/80943/dados-basicos), [plano de trabalho](https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/80943/plano-trabalho) e [Portal da Transparência](https://portaldatransparencia.gov.br/emendas/detalhe?codigoEmenda=202543660024).

(2) Execução nas fontes consultadas. Não há pagamentos, relatórios de gestão nem evidências avaliadas para este plano. Duas buscas por documentos do município (contratos, contratações e diários oficiais), com os termos "plano de ação climática", "PLAC", "clima" e "consultoria", não retornaram resultado. Não há, portanto, evidência de contratação ou execução do objeto nas fontes consultadas, o que é coerente com a ausência de repasse. A consulta às outras emendas do beneficiário trouxe um ponto que precisa de conferência. O plano 87281 tem o mesmo número de emenda (202543660024) e objeto equivalente. Ele aparece com R$ 222.750,00 repassados e status "amarelo". É possível que o plano 80943 tenha sido substituído por esse, mas isso não está confirmado nas fontes. O status do plano 87281 não foi detalhado aqui.

(3) Alertas e pontos a conferir. O alerta A4 indica menos de 70% do valor em despesas de capital (art. 166-A da Constituição). Isso decorre de a totalidade do valor ser custeio. É um indício para apuração de enquadramento, não uma conclusão sobre irregularidade. Convém conferir:
- o motivo do impedimento no Transferegov;
- a relação entre os planos 80943 e 87281, ou seja, se são o mesmo recurso e se o valor foi repassado apenas uma vez;
- se o objeto, de natureza imaterial, se enquadra nas regras de aplicação da modalidade;
- no plano 87281, se há contratação do PLAC e entrega do plano.

(4) Limitações. A classificação "cinza" significa dados insuficientes, não regularidade nem irregularidade. A ausência de documentos pode refletir publicação fora das fontes consultadas (PNCP, diários oficiais e outras bases) ou uso de termos de busca diferentes. A ficha traz o texto do objeto truncado em alguns trechos. A vinculação entre os planos 80943 e 87281 foi inferida do número da emenda e deve ser verificada no Transferegov antes de ser citada.

Texto gerado automaticamente pelo assistente do Rastro da Emenda a partir dos dados desta ficha; confira os documentos oficiais.

Alertas (indícios para apuração)

A4 - Menos de 70% do valor em despesas de capital (art. 166-A da Constituição)

Linha do tempo

2025-01-01 Indicação da emenda: Emenda 202543660024 de Duda Salabert

Evidências avaliadas

Sem evidência encontrada nas fontes consultadas.

Fontes oficiais

Transferegov - plano de ação (dados básicos): https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/80943/dados-basicos
Transferegov - plano de trabalho: https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/80943/plano-trabalho
Transferegov - relatório de gestão: https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/80943/relatorio-gestao
Portal da Transparência - emenda: https://portaldatransparencia.gov.br/emendas/detalhe?codigoEmenda=202543660024

Aviso: este dossiê aponta indícios para apuração, nunca acusações. A ausência de evidência significa apenas que nada foi encontrado nas fontes consultadas (PNCP e, para municípios de até 20 mil habitantes, Querido Diário). Confira sempre os documentos oficiais nos links acima.